



Via Campesina

1. Mission and Purpose

Camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores rurais, trabalhadores e trabalhadoras do campo, populações sem-terra, indígenas e afrodescendentesⁱ de 73 países reúnem-se na Via Campesina, um movimento internacional criado para incidir sobre políticas globais relacionadas à agricultura – que afetam pequenos produtores e tendem a ser desenvolvidas sem que haja consulta efetiva a essas populações. Atualmente, as 164 organizações que fazem parte da Via Campesina projetam-se nos debates mundiais sobre produção de alimentos e alimentação das populações com discurso crítico às empresas multinacionais e ao agronegócio. Defendem reformas agrárias em diversos países, propõem que camponeses e pequenos agricultores priorizem a agricultura agroecológica, rejeitando o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Para a Via Campesina, seus agricultores são guardiões da diversidade de sementes do planeta.

Em 1996, a Via Campesina cunhou o termo soberania alimentar, em contraposição à ideia de segurança alimentar que vem sendo debatida por governos e organizações internacionais, sobretudo nos fóruns da FAO. Desde então, o conceito espalhou-se consideravelmente por movimentos sociais e foi incluído em constituições de países como Nepalⁱⁱ e Bolíviaⁱⁱⁱ.

Atualmente (2015), essa organização transnacional organiza-se em nove regiões: África 1 (países ao Sul do continente), África 2 (Noroeste africano), América do Norte, América do Sul, América Central, Caribe, Europa, Sul da Ásia, Sudoeste e leste da Ásia.^{iv} Cada região realiza, periodicamente, assembleias que escolhem delegados. Eles formam um comitê de coordenação internacional (International Coordinating Commission). Delegados de todas as regiões encontram-se a cada quatro anos para definir políticas e estratégias, nas Assembleias do grupo. Nesses momentos, em paralelo, há também assembleias de mulheres (desde 2000) e de jovens (desde 2004).

Manter reunidos grupos de origens, perfis socioeconômicos e orientações políticas distintas é um dos grandes desafios a Via Campesina. Os encontros de seus militantes – em âmbito nacional, regional e global, nas reuniões em atividades de protesto e nas reuniões internacionais das quais participam – são momentos críticos para avançar no entendimento das distintas realidades e de construção de unidade, o que é necessário para que se chegue a acordos sobre prioridades e estratégias de ação comuns.^v Ao agregar atores e atrizes tão diversos, a Via



Campesina vem reformulando o conceito de campesinato e contribuindo para sua projeção internacional como categoria de ação política.

2. History

Movimentos rurais constroem coalizões internacionais desde o final do século 19, orientados por internacionalismos comunistas, pelo pacifismo ou pelo feminismo. Nas Américas e na Europa, desde a década de 1960 houve ligações fortes por meio de redes de solidariedade e resistência às ditaduras do período, com realização de intercâmbios entre militantes rurais. Ações transnacionais intensificaram-se a partir de meados dos anos 1980, quando instituições supranacionais ganharam força e a agricultura foi incluída nos debates sobre acordos de livre-comércio. No início da década de 1990, um dos grandes temas foi o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (o GATT, que define tarifas, subsídios e regras para exportações). Na América do Sul, campanhas - como a que marcou os 500 anos de resistência indígena, negra e camponesa -

também foram motivos de atividades conjuntas.^{vi}

A Via Campesina nasceu em 1993, questionando as redefinições das políticas agrícolas e das legislações nacionais que estavam em curso, promovidas por governos nacionais e por instituições internacionais.^{vii} Três anos após sua fundação, a Via Campesina já era ator político relevante na Cúpula Mundial Sobre Alimentação (CMA) promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 1996. Pouco depois, os ativistas de bonés, camisetas e bandeiras verdes da Via Campesina deram volume às marchas contra a globalização neoliberal, realizadas em paralelo às reuniões de governos nas cidades de Genebra (1998), Seattle (1999), Cancun (2003) e Hong Kong (2005), entre outras. Desde o início dos anos 2000, a Via Campesina e suas organizações-membro fizeram parte dos Fóruns Sociais Mundiais (FSM).^{viii} Um de seus principais lemas, “globalizemos a luta, globalizemos a esperança”, dialoga diretamente com os princípios altermundistas agregados no FSM. Entre suas vitórias, figuram a volta do debate sobre reforma agrária em fóruns como a conferência da FAO em 1995 e à agenda global (p.207), os estragos nas rodadas do Uruguai e do Milênio sobre comércio, restrições ao comércio de sementes geneticamente modificadas em alguns países.^{ix}

Já no século 21, o discurso e as ações da Via Campesina voltaram-se à crítica das crises mundiais – de alimentos, energética, ética, social, econômica e financeira, climática – situando-as como produto do sistema capitalismo e do neoliberalismo. Ganharam força também debates sobre o clima. Para ambos, a soberania alimentar continua sendo apontada como parte das soluções possíveis e necessárias para as diversas crises.

A Via Campesina reivindica e atualiza a tradição internacionalista de esquerda, contrapondo-se à expansão da economia capitalista para a agricultura. Para algumas



pesquisadoras, a Via constrói um “projeto alternativo de sociedade que questiona o modelo de produção, em especial, no meio rural”.^x

3. Specializations and activities

Entre as ações da Via Campesina, figuram protestos, marchas, ações diretas, mas também a participação e incidência em fóruns e instituições internacionais, atividades de promoção da solidariedade e cooperação internacional. Por vezes, tais estratégias são usadas em conjunto; outras vezes, são empregadas separadamente.

As atividades de solidariedade e cooperação incluem projetos internacionais e intercâmbios entre camponeses sobre formas de trabalho agrícola e organização política. Ela também criou uma rede de solidariedade capaz de dar respostas a atos violentos por meio da projeção internacional de debates e problemas, e de conferir visibilidade a lutas locais que se desenvolvem ao redor do mundo, conectando-as em um movimento global.

A alternância entre ações de protesto e a participação nos debates – em reuniões, conselhos, conferências – já foi tema de algumas pesquisas sobre a Via Campesina. Participação, para o grupo, não é um termo relacionado apenas a diálogo e mudanças nas formas de agir das organizações internacionais, mas também a tentativas de cooptação do movimento, de fabricação de consensos e à legitimação dos atores.

De modo geral, quando a Via não identifica chances reais de incidir nos debates, ela prefere manifestar-se do lado de fora a sentar em mesas de negociação que podem, inclusive, referendar atores cuja legitimidade ela questiona. É o que ocorre com os debates da Organização Mundial do Comércio. Por não reconhecer a legitimidade da OMC para tratar do tema, ela opta por manter-se fora das negociações^{xi} Mais que isso, a Via Campesina defende que o tema da agricultura seja retirado dos debates dessa organização, e tece críticas à falta de transparência e prestação de contas, considerando suas práticas, inclusive, antidemocráticas.^{xii} De forma geral, instituições financeiras internacionais são “consideradas [pela Via Campesina] elementos chave do neoliberalismo e da destruição da agricultura camponesa”.^{xiii}

Em relação a outros organismos internacionais vinculados ao Sistema ONU, entretanto, a postura pode ser diferente, desde que o grupo considere possível avançar nas negociações internamente – mesmo nesses casos, o grupo não prescinde de críticas e até de ações de mobilização, dando força a críticas como aquela que, face à Cúpula Mundial sobre Alimentação, em 1996, dizia que não seria possível solucionar a fome no mundo sem a participação dos que cultivam a terra.^{xiv} Quase 10 anos depois, em 2004, a Via denunciava informa da FAO que apoiaa transgênicos e sementes estéreis como alternativa para “as necessidades dos pobres”. Nesse momento, a FAO e a UNCTAD chegaram a ser chamadas de “guardiãs do capitalismo”^{xv}



No Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Via Campesina vem discutindo a proposta de uma “Declaração dos Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham no meio rural” e de uma “Convenção Internacional dos Direitos Camponeses”, que poderá tratar de temas como direito à terra, à identidade e à cultura e, diferente de outros instrumentos internacionais já conquistados, ter caráter vinculante para os Estados que a firmarem.^{xvi}

4. Major projects and events

O conceito de soberania alimentar é parte do discurso da Via Campesina desde a sua segunda assembleia, realizada em Tlaxcala, México (1996). Com o passar dos anos, o conceito conquistou espaço entre os movimentos ligados à Via e para além deles. Na declaração da Assembleia de Jakarta, Indonésia, de 2013, Soberania Alimentar foi definida como

“el eje central de la lucha por un proyecto de justicia social que hoy convoca a amplios sectores del campo y la ciudad. La soberanía alimentaria es el derecho fundamental de todos los pueblos, naciones y estados a controlar sus alimentos y sus sistemas alimentarios y a decidir sus políticas asegurando a cada uno alimentos de calidad, adecuados, accesibles, nutritivos y culturalmente apropiados. Ello incluye el derecho de los pueblos para definir sus formas de producción, uso e intercambio tanto a nivel local como internacional”.

Alguns dos principais temas discutidos pela Via Campesina – e sintetizados nas cartas de suas seis assembleias, entre 1993 e 2013, são:

- A defesa da importância da agricultura camponesa para a eliminação da pobreza, fome, desemprego e marginalização, cujo desenvolvimento pode inclusive ajudar a “resfriar o planeta”, contribuindo para o enfrentamento da crise climática (SP). Os camponeses alimentam a humanidade e cuidam da natureza.

- Crítica ao capitalismo, ao neoliberalismo, à entrada agressiva do capital especulativo e financeiro na agricultura, configurando uma agricultura industrial que tira os camponeses da terra. Para o grupo, o capital especulativo não deveria poder incidir sobre a produção de alimentos. A Via Campesina rechaça a Economia Verde e as empresas transnacionais que, em seu entendimento, atuam em cumplicidade com governos nacionais e instituições internacionais.

- Defesa das sementes e preocupação com a apropriação de seus recursos genéticos por empresas multinacionais.

- As mulheres da Via Campesina estão organizadas desde os primeiros anos do grupo e realizaram sua primeira assembleia em Bangalore, no ano de 2000. Na assembleia de 2008, propuseram a paridade de gênero como meta para o movimento. A 3ª Assembleia das mulheres, em 2013, ressaltou a necessidade de superação da violência contra as mulheres, em suas



diversas formas: física, econômica, social, machista, das diferenças de poder, e cultural. Elas afirmam haver “relação íntima entre o capitalismo, o patriarcado, o machismo e o neoliberalismo”. As comunidades e organizações rurais não estão livres desses problemas, que foram levados ao movimento e precisam ser superados. A declaração de Jakarta (Assembleia de 2013) defende “um mundo sem violência e discriminação contra as mulheres”.

- Os jovens da Via Campesina realizaram sua 1ª Assembleia Mundial em 2004. O movimento vem discutindo a incorporação da juventude camponesa em suas atividades e alternativas para a permanência na juventude no campo.

Muitos eventos marcam o percurso da Via Campesina. O grupo estava reunido em sua segunda assembleia, no México, quando recebeu notícias do assassinato de 23 camponeses brasileiros, conhecido como o massacre de Eldorado dos Carajás (Pará), em 17 de abril de 1996. A data passou, então, a ser considerada “Dia Internacional de Lutas Camponesas”. A cada 10 de setembro, o grupo realiza atividades do “Dia Internacional de Protesto contra a Organização Mundial do Comércio”, recordando o dia em que o coreano Lee Kyuon-Hae suicidou-se (sacrificou-se, nos termos da Via Campesina) com a frase “a OMC mata os camponeses” durante protesto em Cancún, no México. Outros momentos importantes são a realização da Campanha Global pela Reforma Agrária e a realização do Fórum Mundial pela Reforma Agrária em Valência, Espanha, em 2004. Em 2007, o Mali recebeu o Fórum Internacional sobre Soberania Alimentar em Nyéléni, com intensa participação das mulheres. Os anos de 2006 a 2008 foram marcados por atividades de ação direta questionando empresas transnacionais. Na França, uma greve de fome contribuiu para a proibição do plantio de milho transgênico da Monsanto, enquanto no Brasil, em 200y, as atividades contra a transnacional Syngenta tiveram o fim trágico do assassinato de um militante do MST, Keno. Um ano depois, a empresa precisou desativar área de experimentos com transgênicos.^{xvii}

5. Funding

Os recursos para o funcionamento da Via Campesina vêm das suas organizações-membro, de projetos de cooperação internacional e de doações de apoiadores de suas atividades.

6. Publications

Boletins eletrônicos (mensais) - <http://viacampesina.org/es/index.php/publicaciones-mainmenu-30>

Experiências em agroecologia - <http://viacampesina.org/es/index.php/publicaciones-mainmenu-30>



Breaking the silence! No to violence against women! -

<http://viacampesina.org/downloads/pdf/en/FLYER-LVC2011-EN.pdf>

7. Secondary Sources

La Vía Campesina: Globalization and the Power of the Peasants. Halifax and Winnipeg, Canadá: Fernwood Publishing.

Borras, Saturnino M., Marc Edelman, and Cristóbal Kay. 2008. “Transnational Agrarian Movements: Origins and Politics, Campaigns and Impact.” *Journal of Agrarian Change* 8(2-3): 169–204.

8. External Links

Página da Via Campesina (em Inglês, Francês ou Espanhol): <http://viacampesina.org>

Página da CLOC (Espanhol): <http://www.cloc-viacampesina.net/>;

9. Notes

i

As categorias são aquelas indicadas pela Via Campesina na Declaração de sua Assembleia de 2008, em Maputo, Moçambique. O termo Camponês/camponesa é usado pela organização, de forma geral, para referir-se a todos esses grupos.

ii

<http://www.fao.org/news/story/es/item/335017/icode/>

iii <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/243-ipor-qua-soberanalimentaria-en-la-constitucioliviana>. Sobre o tema, ver também Luis Hernández Navarro y Annette Aurélie Desmarais Crisis y soberanía alimentaria: Vía Campesina y el tiempo de una idea. Publicado el Jueves, 14 Mayo 2009 11:32

iv

<http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/los-miembros-mainmenu-71>

v

Desmarais, Annette Aurélie. 2008. “The Power of Peasants: Reflections on the Meanings of La Vía Campesina.” *Journal of Rural Studies* 24(2): 138–49. <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0743016707000794>, p.144.



vi

Edelman, Marc. 2003. "Transnational Peasant and Farmer Movements and Networks." In *Civil Society Yearbook 2003*, eds. Mary Kaldor, Helmut Anheier, and Marlies Glasius. Oxford: Oxford University Press, 185–220, p. 304.

vii

Desmarais, Annette Aurélie. 2002. "The *Vía Campesina*: Consolidating an International Peasant and Farm Movement." *Journal of Peasant Studies* 29(2): 91–124, p.91

viii

Desmarais, Annette Aurélie. 2013. *A Via Campesina*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, p.6. English edition: Desmarais, Annette Aurélie. 2007. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of the Peasants*. Halifax and Winnipeg, Canadá: Fernwood Publishing.

ix

Desmarais 2013, p.214.

x

Vieira, Flávia Braga. 2012. "Lutas Camponesas Na Escala Internacional: Um Estudo Sobre a Via Campesina." *Nera* 20 (15): 58–82.
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1865/1764>.

xi

Desmarais, 2013, p.22

xii Desmarais, 2013, p.160

xiii Vieira, Flavia Braga. 2008. "Dos Proletários Unidos à Globalizaçãod a Esperança: Um Estudo Sobre Articulações Internacionais de Trabalhadores." Universidade Federal do Rio de Janeiro.

xiv Via Campesina. Declaração da Assembleia de Tlaxcala, México, 1996.

xv Via Campesina. Declaração da Assembleia de São Paulo/Itaici, Brasil, 2004.

xvi [Http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/derechos-humanos-mainmenu-40/recursos-sobre-los-derechos-de-los-campesinos/2337-una-declaracion-de-los-derechos-campesinos](http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/derechos-humanos-mainmenu-40/recursos-sobre-los-derechos-de-los-campesinos/2337-una-declaracion-de-los-derechos-campesinos). Ver também Edelman, M. 2012. "Linking the Rights of Peasants to the Right to Food in the United Nations." *Law, Culture and the Humanities* 10(2): 196–211. <http://lch.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1743872112456669>.

xvii Via Campesina. Declaração da Assembleia de Maputo, Moçambique, 2008.